

**IGREJA CATÓLICA E ANTICOMUNISMO:
O GOLPE DE 1964 E A ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA***

CATHOLIC CHURCH AND ANTI-COMMUNISM:
THE 1964 COUP AND THE ARCHDIOCESE OF JUIZ DE FORA

LA IGLESIA CATÓLICA Y EL ANTICOMUNISMO:
EL GOLPE DE 1964 Y LA ARCHIDIÓCESIS DE JUIZ DE FORA

*Wellington Teodoro Silva***

RESUMO

Esse artigo trata do apoio dado ao golpe de Estado de 1964 pelo governo da arquidiocese de Juiz de Fora, cidade de onde partiu a marcha golpista do General Olímpio Mourão Filho. Utilizamos o jornal *O Lampadário*, propriedade dessa arquidiocese, como principal fonte de pesquisa. O feroz anticomunismo foi a principal causa do apoio dado a esse evento político que se constitui em um dos grandes eventos na história da nação e cujos resultados e mentalidades alcançam o tempo presente. Entendia-se que os comunistas se disfarçavam de democratas para se infiltrarem nas instituições da democracia como estratégia para a sua diluição e implantação do comunismo. A vitória do golpe foi entendida como vitória da nação cristã defendida pelos seus militares, instrumento dos anjos, tendo à frente a generalíssima Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil. A investigação cujos resultados estão nesse artigo foi realizada dentro da redução micro-histórica.

Palavras-chaves: Igreja Católica; Golpe de 1964; Anticomunismo; Arquidiocese de Juiz de Fora; Jornal *O Lampadário*.

ABSTRACT

This article deals with the support given to the 1964 coup d'état by the government of the archdiocese of Juiz de Fora, the city from which General Olímpio Mourão Filho's coup march started. We used the newspaper *O Lampadário*, owned by this archdiocese, as the main source of research. Fierce anti-communism was the main cause of the support given to this

* Para a flor plantada em mim aos 8 anos.

** Doutor (2008) em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora; pós-doutor em História pela FAFICH / UFMG. Professor do PPG em Ciências da Religião da PUC Minas. Professor convidado pela Universidade de Havana. E-mail: wteodorosilva@gmail.com.

political event that constitutes one of the greatest events in the nation's history and whose results and mentalities reach the present time. It was understood that communists disguised themselves as democrats to infiltrate the institutions of democracy as a strategy for diluting them and implementing communism. The victory of the coup was understood as a victory for the Christian nation defended by its military, an instrument of the angels, with the generalissima Nossa Senhora Aparecida, patron saint of Brazil, at its head. The investigation whose results are in this article was carried out within the micro-historical reduction.

Keywords: Catholic Church; 1964 Coup; Anti-communism; Archdiocese of Juiz de Fora; “*O Lampadário*” newspaper.

RESUMEN

Este artículo trata del apoyo prestado al golpe de Estado de 1964 por el gobierno de la archidiócesis de Juiz de Fora, ciudad de la que partió la marcha golpista del general Olímpio Mourão Filho. Utilizamos el periódico *O Lampadário*, propiedad de la archidiócesis, como principal fuente de investigación. El anticomunismo feroz fue la causa principal del apoyo dado a este acontecimiento político, que constituye uno de los grandes acontecimientos de la historia de la nación y cuyos resultados y mentalidades llegan hasta nuestros días. Se entendía que los comunistas se disfrazaban de demócratas para infiltrarse en las instituciones de la democracia como estrategia para diluirlas e implantar el comunismo. La victoria del golpe fue vista como una victoria de la nación cristiana defendida por sus militares, instrumento de los ángeles, dirigidos por el generalísimo Nossa Senhora Aparecida, patrona de Brasil. La investigación cuyos resultados se presentan en este artículo se realizó en el marco de una reducción microhistórica.

Palabras clave: Iglesia Católica; golpe de 1964; anticomunismo; Archidiócesis de Juiz de Fora; periódico *O Lampadário*.

1 INTRODUÇÃO

O general Olímpio Mourão Filho iniciou em Juiz de Fora a marcha que culminou no golpe militar de 1964 que é um dos eventos políticos mais marcantes do Brasil e que segue repercutindo seriamente no momento atual da nação. A proximidade desta cidade com a antiga capital do país, somado ao seu rápido processo de industrialização e urbanização, a fez ecoar intensamente as diversas questões nacionais. Local estratégico, a cidade conta com instalações militares incluindo uma fábrica de material bélico inaugurada no ano de 1934. Seu movimento sindical foi intenso e capaz de produzir a liderança de Clodesmith Riani que foi um dos mais expressivos líderes do sindicalismo brasileiros. Sua base industrial instalada e sua vida cultura e intelectual valeu-lhe apelidos como “Princesa de Minas”, “Manchester Mineira” e “Atenas mineira”.

No âmbito religioso a cidade conheceu notável presença do catolicismo em seu espaço público desde antes da fundação de sua arquidiocese no ano de 1924 tendo sediado o Primeiro Congresso Católico Mineiro no ano de 1910. Também passou

pelas importantes experiências dos eventos que marcaram a história do catolicismo brasileiro como o movimento litúrgico sob forte influência dos beneditinos do mosteiro São Bento do Rio de Janeiro. Repercutiu a militância da Ação Católica cujos setores específicos de juventude estavam afeitos ao ambiente conhecido como esquerda católica opositora ao golpe de 1964.

Esse artigo trata de modo circunstanciado da relação entre o governo episcopal de Dom Geraldo Maria de Moraes Penido que esteve à frente da arquidiocese entre os anos de 1958 e 1977 e o golpe de Estado sem se ocupar da ditadura que ele produziu. Esperamos que esse trabalho não deixe a ideia de que o catolicismo brasileiro em seu conjunto tenha se comportado e compreendido aquele processo político da mesma forma que fez essa igreja local. A Igreja Católica não é uma unidade hegemônica. Nessa própria cidade, existiram comportamentos opostos ao do governo arquidiocesano por parte de membros de ordens e congregações religiosas como dominicanos e redentoristas e os movimentos da Ação Católica.

Sobre os estudos da Igreja Católica e a diversidade de lugares em seu âmbito, acompanhamos a asserção de Carl Schmitt (1998) de que o catolicismo romano é uma *complexio oppositorum*. Ele contém em seu meio posições de extremo antagonismo. Engendrando esse complexo de oposições e sendo por ele constituído, o catolicismo não se identifica, ou, dizendo de outra forma, não se traduz por um ou outro desses lugares antagônicos. Nenhum setor representa o catolicismo, mas apenas um de seus fragmentos. Não acontece como as partes de um espelho quebrado que permanecem refletindo a mesma imagem completa do espelho inteiro que existia antes de se fragmentar, mas em tamanho menor. Cada lugar católico representa apenas um fragmento do todo e o catolicismo constitui-se do todo formado pelo complexo desses muitos lugares distintos e de posições extremas. Importa ressaltar que cada setor também é um ambiente complexo em si. Desse modo, é mais razoável propor o catolicismo como um complexo de complexos de oposições (MATURAMA, 1997).

Em sua relação com a política, o catolicismo brasileiro mantém, segundo João Camilo de Oliveira Torres, a mentalidade herdada da tradição de séculos do padroado ibérico onde cristianismo e política se confundem e havia consciência “de ter, como diria Danielou, ‘a oração como fato político’” (TORRES, 1972. P. 184). Os diversos e

distintos lugares desse catolicismo não se isentam da politicidade da nação que repercute no interno de cada um de seus lugares com diferentes modos de recepções chegando, frequentemente, ao antagonismo.

Trabalhamos na perspectiva da redução de escala (BARROS, 2020; FERREIRA, 2023; LEPETIT, 1998; REVEL, 1998). Ela permite uma investigação que circunstancie o objeto sem produzir ruptura entre ele e a realidade maior onde está inserido. Não se trata de uma redução do todo ao particular como se o singular reproduzisse o geral como se fosse uma miniatura sua. Também não é uma análise de um particular exótico que cumpra a função de exceção a confirmar algum tipo de regra geral do funcionamento da sociedade ampla. A análise da micro histórica permite acessar as realidades locais em sua vinculação com a realidade macro. A dinâmica do singular compõe o geral formado pelas múltiplas e complexas tramas locais. O geral é formado pela complexa trama dos locais sem se reduzir a nenhum deles de modo específico. Desse modo, acompanhamos a asserção de José D'Assunção Barros (2020) de que esse método, acontece de modos a permitir que a redução se constitua na ampliação da grandeza da observação.

Daí que é utilizada muito frequentemente para ilustrar o que é a Micro-História, a metáfora do microscópio. A Micro-História seria a modalidade historiográfica que faz o esforço de perceber uma realidade humana, um espaço de sociabilidades, uma prática cultural, um sistema econômico, uma articulação de relações interindividuais, ou mesmo uma única história de vida, à maneira de um cientista que utiliza uma lente de ampliação. (BARROS, 2020, p. 93)

Nossa principal fonte de trabalho foi o jornal “*O Lampadário*”, órgão da arquidiocese de Juiz de Fora, fundado em março de 1926 para garantir maior presença no meio social. Tratava das questões atinentes ao governo e às rotinas diocesanas “como um periódico marcadamente clerical. (...) coadunava-se perfeitamente com o modelo da restauração católica e da neo-cristandade, em fase de implantação (AZZI, 2000. P. 282). A partir de meados da década de 1930, arrogou a missão de denunciar o comunismo como inimigo da nação. As referências que faremos sobre as matérias desse jornal devem ser compreendidas como a posição do arcebispo de Juiz de Fora.

2 O GOVERNO ARQUIDIOCESANO E O PRÉ-GOLPE DE 1964

No período que antecedeu o golpe, a ferocidade anticomunista expressa nas páginas de *O Lampadário* alcançou níveis extremos. Associava os comunistas aos males de caráter, moral e até adoecimento. Temia aquilo que entendia como ateísmo militante e visão de mundo diluidora dos valores cristãos. Diversas matérias afirmavam existir perseguições religiosas nos países socialistas. Os problemas do capitalismo também foram objetos de críticas, contudo, entendia que o comunismo seria um remédio pior que a doença comparando-o a satanás. Portanto, o cristão deveria combatê-lo sem receios porque entendia que aquele que mata apenas o corpo não deveria ser temido; os riscos de perder a alma para o mal deveria ser o grande medo dos fiéis. Exortava-os a não se isolarem naquele momento em que o mundo vivia o combate entre o bem e o mal.

Em que pese seu reacionarismo, mantinha postura liberal expressas nas diversas matérias elogiosas ao governador Carlos Lacerda. Criticava acidamente o presidente João Goulart considerando que em seu governo o povo estava sendo arrastado para o totalitarismo sem perceber. Entendia que plebiscitos e demais atos de participação popular eram aproveitadas pelo comunismo que usava a democracia como cavalo de Tróia. Ele se revelaria no final quando fosse tarde demais. Pede ao leitor para lembrar do levante comunista de 1935 como modos de demonstrar que vinha de tempo mais largo os interesses bolcheviques no país.

A edição de 26 de maio de 1963, publica matéria sobre o evento do Rosário em Família ocorrido em Salvador com a presença do padre Peyton. Após noticiar essa grande celebração do anticomunismo católico, lembra a existência do decreto do Santo Ofício sobre o comunismo. Em que pese a encíclica *Pacem in Terris* do papa João XIII e a abertura para o diálogo com o não-cristão que ela propõe, o governo arquidiocesano preocupa-se em dizer que o documento de 1949 do Papa Pio XI continuava valendo. Entende que o diálogo proposto por João XXIII não tinha as bases necessárias para acontecer porque os comunistas eram ardilosos e aproveitadores de todas as possibilidades para fazer avançar seu programa de instauração do regime totalitário. Teriam abandonado os velhos slogans e passado a se camuflar nos discursos democráticos, nacionalistas e reformistas. Desse modo, entende que aplicavam a pedagogia de Fidel Castro que havia enganado o mundo dizendo que a

revolução cubana seria nacionalista e reformista. Uma vez vitoriosa, ele adotou o comunismo associando o país caribenho à União Soviética.

O jornal também criticou o materialismo capitalista. No entanto, não dava nome ao mal e nem tratou de sua dimensão sistêmica e estrutural. Essas críticas não alcançaram a ferocidade com a qual denunciava o materialismo comunista. O capital chega a ser tratado como o novo bezerro de ouro, um novo ídolo. Mas, não se ocupam em propor combate contra ele. São críticas genéricas por causa do receio que elas levassem os leitores a diminuir o medo do comunismo que não poderia ser uma alternativa porque tinha a aniquilação da Igreja como uma de suas sanhas. O capitalismo, por seu lado, não tinha esse objetivo. Em que pese os temores, o jornal mostrava-se confiante na indestrutibilidade da Igreja. Nomeou o comunismo como o moderno Dom Quixote que queria assaltar Deus nas alturas do céu e derrubá-lo de seu trono eterno.

As matérias sobre os países socialistas se ocupavam em detratá-los como regimes que traduziam o mal na política e na sociedade. Cuba era tema recorrente.

Dentre as matérias sobre a Rússia, noticiou que o regime havia fechado 69 mil templos. Além disso, publica relatos de visitantes brasileiros que afirmaram não terem visto ninguém sorrir em Moscou. Também informa que um deputado brasileiro, voltando de visita a esse país, relata que lá todos são escravos do governo e que existe visível preocupação das autoridades de retirar do povo a crença em Deus. Embora existissem algumas igrejas onde o culto era permitido, os sermões eram rigorosamente proibidos. A frequência era pequena e os fiéis idosos. Os jovens estavam impregnados da filosofia materialista e nada sabiam da religião. Era um mundo diferente onde tudo era do governo. No fim do dia, a barbearia e todos os demais serviços recolhiam a fêria para o tesouro público.

A Polônia também foi tema de notícia sobre o regime comunista estar em guerra contra a religião desejando separar o clero da hierarquia, fechando seminários menores e conventos, restringindo as publicações católicas e impondo impostos elevados. Esses atos contra a Igreja seriam feitos com discrição para não causar revolta no povo. Contudo, o episcopado relatou que os apelos do papa João XXIII pela conciliação entre os homens pela paz fez os líderes poloneses mudarem a hostilidade

fanática contra a Santa Sé. Os católicos estavam esperançosos pela mudança no tratamento que recebiam do Estado.

As encíclicas de João XXIII criaram embaraços para os modos de essencializar o mal na pessoa do comunista do governo arquidiocesano. A encíclica *Pacem in Terris* abria a possibilidade do diálogo baseado na antropologia da pessoa humana que, ainda que estivesse errada, nunca perdia a dignidade de pessoa. *O Lampadário* ocupou-se em envolvê-las numa trama de significação reacionária. Seus textos giravam em torno do combate ao comunismo recusando qualquer possibilidade de diálogo. Contra as assertivas dos setores do catolicismo que apoiavam a encíclica *Pacem in Terris*, compreendendo que ela era bem-vinda por abrir a possibilidade do entendimento, *O Lampadário* recorre ao alerta de Dom Jaime Barros Câmara de que os comunistas estariam desvirtuando-a de modos a enganar muitos católicos.

Esse tema foi tratado na matéria “A encíclica e os católicos bossa nova” (*O Lampadário*, 19/05/1963). Texto mais tenso que os demais sobre os documentos pontifícios, entende que o nacionalismo e o comunismo devem ser objeto de repugnância por entender que eram inspirados no ódio e ressentimento. Vale dizer que o nacionalismo era entendido como uma via de acesso dos comunistas ao poder. O objetivo desse texto era encontrar modos de evitar aquilo que João XXIII propôs no parágrafo 157 sobre o diálogo com aquele que erra. Ele não deixa de ser pessoa, não perde sua dignidade humana e sempre deve ser objeto de estima. Isso contraria a sanha anticomunista de *O Lampadário* que reputa ao comunista a condição de mal em essência e adoecedor da sociedade.

Não se deverá jamais confundir o erro com a pessoa que erra, embora se trate de erro ou inadequado conhecimento em matéria religiosa ou moral. A pessoa que erra não deixa de ser uma pessoa, nem perde nunca a dignidade do ser humano, e, portanto, sempre merece estima. Ademais, nunca se extingue na pessoa humana a capacidade natural de abandonar o erro e abrir-se ao conhecimento da verdade. Nem lhe faltam nunca neste intuito os auxílios da divina Providência. Quem, num certo momento de sua vida, se encontre privado da luz da fé ou tenha aderido a opiniões errôneas, pode, depois de iluminado pela divina luz, abraçar a verdade. Os encontros em vários setores de ordem temporal entre católicos e pessoas que não têm fé em Cristo ou têm-na de modo errôneo, podem ser para estes ocasião ou estímulo para chegarem à verdade. (JOÃO XXIII, 1963)

Em que pese a recomendação papal, o governo da arquidiocese, por meio dessa matéria, pede que os católicos e todos os homens de bem combatessem os comunistas. Argumenta perguntando se Luiz Carlos Prestes poderia ser considerado um homem honrado; mesmo após sua mulher ter sido enviada para a morte certa por Getúlio Vargas, não vacilou em apoiá-lo quando mais tarde lhe pareceu conveniente. Diz que os nacionalistas só se lembram de combater supostos agravos quando feitos pelos norte-americanos afirmando que ficaram em silêncio diante da tensão naval com barcos franceses. Referia-se à chamada guerra das lagostas, conflito que chegou a ter movimentação militar marítima entre Brasil e França. Questiona se esses homens agiam segundo a honradez natural. Confusamente, associou os nacionalistas e os comunistas ao fascismo. Afirmou que o Brasil estava sendo atacado por fascistas que se apresentavam como entusiastas esquerdistas. Estavam socializantes e entraram para o Partido Trabalhista Brasileiro para ganhar ministérios por oportunismo. Faziam esse movimento político porque pensavam que Nikita Krushev ganharia a guerra fria, por isso associavam-se ao comunismo.

Essa matéria também questiona a honradez desse líder soviético. Ele não fez nenhum protesto contra Stálin ao longo dos anos em que seus crimes eram cometidos. Após a sua morte, Krushev chama Stalin de tirano e assassino, violentando-o em seu túmulo. Pergunta se seria honradez esconder que o próprio Krushev foi o autor do fracassado programa de cultivo das terras virgens de longínquas regiões da Rússia, contrariando a opinião de seus colegas. O artigo segue nessa forma de deturpar os comunistas e os fascistas que ele associa às esquerdas e aos nacionalistas brasileiros. Alerta para os riscos que o diálogo e aproximação proposto por João XXIII representavam para a Igreja. Reputa aos comunistas a condição de pessoas sem honra que se moviam conforme as conveniências do momento, não poderiam ser interlocutores dignos e confiáveis. Os católicos que se aventuravam a estabelecer esse diálogo eram chamados pela matéria de católicos bossa-nova. Considera-os ingênuos em não perceber os ardis dos inimigos. Informa que a maneira pela qual esses católicos estavam interpretando as encíclicas *Pacem in Terris* e *Mater et Magistra* era perigosa por permitir esse diálogo onde um interlocutor era honesto e o outro ardiloso. Entende que esses fiéis bossa-nova deveriam compreender a sua condição de inocentes úteis para os planos do totalitarismo no Brasil.

O Lampadário defendia radicalmente o governador Carlos Lacerda que era tema frequente em suas páginas. Notável tribuno, seus discursos anti-comunistas eram motivos de muitas matérias. Do outro lado, o presidente João Goulart era objeto de impressionante silêncio. Até mesmo em ocasiões políticas quando o presidente seria naturalmente objeto de atenção jornalística, encontrava-se uma forma de colocá-lo à margem em pequenas notas ou desviadas para outra personalidade. É o caso da matéria publicada no dia 31 de março de 1963 sob o título “Mensagem de Goulart ao papa: prêmio Nobel da Paz”. Ao contrário do que o título possa sugerir, a matéria não cita João Goulart, mas encontra uma forma de citar Lacerda.

Guardada a sua condição de jornal local, eventos acontecidos fora do Estado de Minas Gerais são temas de publicação quando Lacerda estava envolvido. Buscava-se sempre meios de divulgar as ideias e propostas do governador da Guanabara para o ambiente político. Vale o exemplo do discurso de paraninfo feito por ele para uma turma de formandos em economia da Universidade Mackenzie em São Paulo. Nele, afirma que os revolucionários não conheciam o país. Seus objetivos consistiam em nivelar a nação por baixo, empobrecendo os ricos e não enriquecendo os pobres.

O Lampadário assegurava ser politicamente contra os extremistas da esquerda e da direita. Contudo, trata em suas páginas apenas dos riscos dos extremistas da esquerda e defende as narrativas da direita de maneira extremada. Não defendeu abertamente o golpe de Estado até a sua efetivação. No entanto, defendia toda a narrativa construída para a sua realização. Como exemplo, vale a defesa que fez de Carlos Lacerda quanto ele disse em uma entrevista para um jornal norte-americano que o presidente João Goulart deveria ser deposto com auxílio das forças armadas.

No dia 25 de agosto de 1963, *O Lampadário* publica matéria sobre a declaração do deputado Rui Falcão de que o governo estava utilizando o pretexto de reformar a constituição para acabar com a propriedade como direito legítimo de todos. A Igreja Católica, segundo o jornal, não admitia esse ataque à propriedade, defendendo-a, inclusive, em seus documentos. A reforma agrária poderia ser realizada sem que a constituição fosse tocada. Os setores associados às esquerdas defendiam a reforma do texto constitucional. Prossegue dizendo que os empregados das fazendas não deveriam se alegrar pensando que seriam donos das terras. Num primeiro momento isso aconteceria, mas, logo a seguir, o Estado tomaria a propriedade de todos

tornando-se o único e ditatorial proprietário. Diz ser necessário redobrar o alerta contra os comunistas disfarçados de democratas que se revelariam quando já fosse tarde demais.

Os setores do catolicismo de Juiz de Fora que se representavam pelas posições políticas do *Lampadário* associavam-se ao norte-americanismo dos grupos co-promotores do golpe de Estado (DREIFFUS, 1981). Os Estados Unidos eram compreendidos como o lado bom da disputa do bem contra o mal, Deus contra o diabo, daquele período de guerra fria.

A morte do presidente Kennedy foi tratada como a imolação de um defensor da liberdade pelo fanatismo. O jornal afirma que seu assassinio teria atingido cada homem consciente e, também, à Igreja que perdia um de seus mais lúcidos filhos em militância no mundo político. Ele passaria para a história como um soldado da paz, como um estadista católico. Na condição de primeiro católico a chegar à presidência daquele país, teria derrubado um século e meio de preconceitos que impediam o acesso de católicos na Casa Branca. Considera-o representante da fé irlandesa na posição de mandatário supremo da grande democracia na qualidade de católico praticante.

O modelo de Igreja e a teologia que encontravam mais espaços em *O Lampadário* eram expressos pelos artigos assinados pelo padre redentorista Lucas. Ele compreendia a missa como um rito para aplacar a ira divina. Em asserção pessimista de humanidade, pergunta porque Deus em suas perfeições infinitas, em sua sabedoria e onipresença ainda suportava a humanidade. Ele a criou com amor. Perdoou-a com o preço do sangue precioso de seu filho muito amado. Regenerou-a e adotou-a como filha predestinando-a para a vida eterna. No entanto, assegura que existiam milhões de pessoas que queriam extirpar seu nome da face da terra. Até mesmo entre católicos, “seus filhos mais privilegiados”, existiam muitos tinham vergonha e não entravam na Igreja. Afirma que Deus não destruía a humanidade porque o sacrifício da missa era celebrado diariamente em todas as partes da terra. Em milhares de altares o sacrifício da cruz era renovado.

Embora Juiz de Fora possuísse movimento operário organizado e atuante, *O Lampadário* publicava escassas notícias sobre a questão operária. É possível que

essa opção tenha dois motivos, pelo menos, 1) não pretendia criar situação de debate público sobre o tema com os líderes e movimentos sindicais locais que já acumulavam vasta experiência de ação, formação e debates, e 2) medo que esse tema pudesse seguir para críticas profundas ao capitalismo desaguando na aceitação do comunismo como alternativa.

No dia 08 de março de 1964, foi publicada uma matéria sobre o trabalho da Igreja Católica no terreno da educação de populações subdesenvolvidas utilizando o rádio. Elogia o Movimento de Educação de Base – MEB – que utilizava o método Paulo Freire. Contudo, não cita o método e nem as rotinas e perspectivas políticas do MEB. Em outra matéria dessa mesma edição, intitulada: “Mobilizar... mobilizar... o quê? Para quê?” trata da organização política dos católicos. Defende que esses fiéis deveriam abandonar os espaços públicos e retornar para o interior da Igreja, ocupando-se dos ofícios do altar. Elogia uma perspectiva de educação levada adiante por católicos que se assentava na conscientização e mobilização ao mesmo tempo em que desqualifica a mobilização e conscientização política. O jornal seguia na contramão do movimento de reorganização do catolicismo do início e meados do século XX que animava os católicos a saírem das sacristias, como fez, por exemplo, o Padre Júlio Maria e o Cardeal Dom Sebastião Leme, arquiteto do catolicismo brasileiro do século XX. O católico poderia sair da sacristia apenas para combater o comunismo.

O pedido para que os fiéis voltassem para as sacristias era dirigido aos católicos atuantes, sobretudo, nos movimentos específicos da Ação Católica e demais setores chamados de esquerda católica. A presença em atos públicos vinculadas aos setores conservadores e reacionários era permitida e animada. Nesse caso, não seria um ato político no sentido próprio da palavra e sim aquilo que se compreendia como a verdadeira ação católica.

Na semana anterior ao golpe, dia 22 de março de 1964, foi publicada a matéria “Cristianismo sem adjetivos”, escrita pelo padre João Botelho criticando os materialismos comunista e capitalista. Ocupa-se em dizer que a luta dos católicos contra o comunismo não deveria justificar em nenhuma medida ou hipótese a convivência com as injustiças sociais que ainda havia por toda a parte. O maior obstáculo encontrado pelo materialismo comunista era o materialismo capitalista. Entende que a ganância pessoal dos ricos se constituía no núcleo do problema e a

conversão individual impediria que o vulcão da crise estourasse a qualquer momento. Conclui assegurando que a luta da Igreja contra o comunismo não acontecia para defender o capitalismo no modo em que ele existia; mas, aquilo que ainda restava do cristianismo em nossa sociedade. Afirma que os comunistas deveriam ser combatidos para que os males da sociedade capitalista não fossem tratados com remédios piores que a doença. O texto termina dizendo-se defensor do cristianismo sem adjetivos, contra os que defendem reformas cristãs pregando o ódio e a pilhagem oficial.

Em fins de março de 1964, aconteceu um ato da Frente de Mobilização Popular em Juiz de Fora. Nesse evento, o padre Francisco Lage, da arquidiocese de Belo Horizonte, sofreu violência física por parte da Polícia Militar. Há relatos de que recebeu grande violência tendo suas roupas rasgadas. *O Lampadário* não noticiou esse evento e nem a violência contra seus participantes incluindo um membro do clero. Já entendia que a violência contra os setores de esquerda era algo necessário.

Causou-nos espécie o fato das edições imediatamente anteriores ao golpe de Estado apresentarem um número menor de matérias e aumento do espaço das publicidades. O jornal chegou a parecer uma publicação de propagandas. Em uma das poucas matérias desse período, ele considerava que o bezerro de ouro daqueles tempos não era mais o sol ou alguma outra expressão tradicional do paganismo. Tampouco pensava no capital e no seu poder de se impor como senhor dos povos como novo ídolo. O “outro” cumpria esse papel na nova consciência militante do período. O “encontro com o outro”, “abraçar a causa do outro” eram os ídolos a se combater.

Essa crítica ao “outro”, compreendido como ídolo pelo *O Lampadário*, dirige-se, efetivamente, aos setores do catolicismo que se associavam à defesa das reformas de base, que criticavam o capitalismo compreendendo sua condição anticristã e que viam no comunista um “outro” para se dialogar. Um exemplo dessa compreensão do “outro” criticada está no texto *Juventude Cristã*, hoje escrito por Herbet de Souza publicado em 1962 (CARDONEL, VAZ E SOUZA, 1962). Ele compreende que abraçar a causa do “outro” implicava em aderir ao drama do homem, todos os homens. Era uma atitude fundamental de sua geração de jovens católicos militantes que propunham a salvação numa perspectiva universalista fora da visão dualista. A condição universal da salvação a faz alcançar o outro ainda que ele esteja distante em sua compreensão de mundo, política e religião.

Assim, afirma que haviam quebrado a perspectiva aristocrática e classista de salvação voltando-a para a compreensão universal da salvação cristã. Entendia que o cristianismo se opõe a qualquer entendimento que coloque um homem como senhor e outro escravo; um sujeito universal dos bens e outro sujeito de direitos parciais devido a situações restritivas.

Para a geração de estudantes da JEC e JUC o cristianismo significava a mais profunda e potente matriz da revolução. Ele os fez superar a “negação do amor, o comodismo, a indiferença pela sorte do outro”. (CARDONEL, VAZ E SOUZA, 1962. p. 100). Por isso que o livro *A descoberta do outro* de Gustavo Corção provocara neles uma influência benfazeja. Relata não compreender a transformação desse autor que não parecia mais ser capaz de “escrever um livro que tivesse por título: a descoberta dos outros... Enfim, a superstição em nós de velhas e deformadas visões de um cristianismo místico, supersticioso e formal” (CARDONEL, VAZ E SOUZA, 1962. 100). Esse modo de compreender o outro em sua alta e incontornável dignidade de pessoa humana apreendida da encíclica *Pacem in Terris* é recusada pelo *O Lampadário* por causa de compreensão essencialista do mal associando-o à pessoa. Não faz a distinção feita por João XXIII entre o erro e a pessoa que erra. Isso o faz justificar a violência do Estado contra a sua própria sociedade como ato de higienização.

3 O JORNAL “O LAMPADÁRIO” E O PÓS-GOLPE DE ESTADO

Na primeira edição após o golpe, 05 de abril de 1964, *O Lampadário* publica a segunda parte da carta pastoral do Cardeal Dom Augusto da Silva, Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil sobre os riscos do comunismo no Brasil. Publicada originalmente no dia 1º de dezembro na Bahia, previa que a crise brasileira encontraria seu paroxismo: “Meus caros filhos, a possibilidade desta tormenta foi prevista e a hora da refrega vai chegando na doce alma da nossa confiança em Deus”. (*O Lampadário*, 05/04/1964). Exorta a todos que atendessem o chamado para o combate quando ele acontecesse com “resignação confiante para sofrer com merecimento e oração fervorosa para lutar com valor e coragem intrépida para vencer com lealdade cristã”. (*O Lampadário*, 05/04/1964).

Assegurou que as altas funções políticas do país estavam infiltradas por forças dirigidas pelo comunismo internacional. Os riscos eram cada vez maiores e isso

impunha a tomada de medidas para evitar a instalação do totalitarismo no país. Afirmou que o comunismo poderia escravizar o Brasil do mesmo modo que fez com outras nações por ser ateu e intrinsecamente mal. Naquele momento de perigo, escreveu que não faltou quem dissesse que não ficaria ociosa a espada de um só soldado brasileiro. Associando a civilidade brasileira ao cristianismo, a publicação dessa carta sacraliza a violência do Estado contra as pessoas compreendidas como inimigas da nação. Pede que seja mantida na boca dos blindados a esperança invencível e o sorriso da vitória final. Já trata do inimigo interno, conceito central para os militares e também presente no anticomunismo católico, contra quem dever-se-ia combater com desassombro.

Saindo do habitual discurso sobre o perdão afeito ao clero e hierarquia católicos, o cardeal afirma que não deveriam merecer clemência aqueles que declararam que lutariam pela pátria sob condições impostas por interesses estranhos. Está referindo-se aos países comunistas. Aproveita-se da narrativa produzidas pelos militares sobre o levante comunista de 1935 e pergunta quantos brasileiros, em uníssono, proclamavam ou juraram pela “fé cristã” e pela “fé cívica” preparar e vigiar “para que a confiança e camaradagem reinem em nossas casernas e a tranquilidade em todos os lares brasileiros; para que os covardes e cruéis matadores não tornassem a matar camaradas adormecidos”. (*O Lampadário*, 05/04/1964). Informa no texto que rogava a Deus que aquilo que compreendia como o despertar daquele momento não tivesse acontecido tarde demais.

Apesar dessa carta de ter sido publicada quase um ano antes do golpe, jornal juizforano fez referência a ela somente após o processo do golpe ter acontecido. Esse é um dos muitos dados que permitem propor que o arcebispo dessa arquidiocese não arriscou se posicionar claramente diante das lides nacionais antes que a vitória fosse assegurada. Isso não significa que tivesse dúvidas de sua posição favorável à ruptura constitucional. Após a vitória, apresenta-se como entusiasta apoiador, reivindicando a vitória ao apoio dado desde a primeira hora, coisa que não aconteceu; veio em socorro da vitória.

Seguindo os modos de gerar pânico, na mesma página e abaixo dessa carta, utilizando a imagem de uma nação sentada sobre um vulcão, noticia-se que a intranquilidade pela qual passava o país era desejada pelos comunistas que a

aproveitariam para implantar seu regime. Desse modo, espera fazer compreender que as reformas de base não seriam implantadas democraticamente, mas na ditadura comunista. Entende que as verdadeiras reformas se constituíam nas reformas interiores por meio da conversão íntima de cada pessoa.

Manifestando apoio ao golpe após sua vitória, ufana-se de que tenha partido de Juiz de Fora a marcha do general Mourão que desencadeou os processos que colocaram à testa dos destinos da nação os políticos verdadeiramente democráticos. Eles estariam estudando a situação política brasileira após o fim do governo de João Goulart que era, segundo o governo da arquidiocese, o responsável por alimentar a angústia nacional por insistir no divisionismo que produziria a sovietação do país. Também entende que, naquele momento, o Congresso Nacional defendia os postulados democráticos e se opunha a comunização. Justificava o golpe afirmando que o momento não permitia mais protelações e o que estava em curso na política nacional era composto por pessoas constantes no cumprimento do dever que colocariam o Brasil ao lado das nações civilizadas. Esse era o lugar devido à “Terra de Santa Cruz”. Fez publicar a afirmação de que a Igreja desejava a luta que estava sendo travada naquele momento.

Ainda na edição do dia 05 de abril de 1964, encontra-se a matéria “Deus o quer”. Segundo ela, durante séculos, a malícia e a incredulidade conspiravam contra a Igreja Católica, confirmando a profecia de Cristo de que assim como ele foi perseguido pelos maus, a sua igreja também seria perseguida. Quando o islamismo se espalhou pelas margens do Mediterrâneo e procurou invadir a Espanha e a França, por toda a parte gritou-se: “Corramos a repelir os infiéis! Deus o quer, Deus o quer!” (*O Lampadário*, 05/04/1964). Afirma que naquele momento os comunistas estavam se preparando para invadir o Brasil, destruir o catolicismo, roubar a liberdade do povo reduzindo-o a escravo do novo deus-estado. O texto exorta: “Corramos a repeli-los! A nossa moleza é a força deles! Deus o quer!” (*O Lampadário*, 05/04/1964).

Espera convencer o leitor de que o comunismo é mais um dos inimigos que a Igreja enfrentou ao longo da sua existência. A guerra contra ele é necessária como foi em outros tempos com outros contendores. Ao mesmo tempo, informa aos militares e políticos que a verdadeira coluna da civilização é a Igreja. O comunista seria a versão daquele instante das forças que queriam destruir a Igreja Católica como parte da

estratégia de destruir o ocidente. Ela deveria ser defendida e seguida em suas recomendações naquele momento por ser a grande estruturadora das virtudes da civilização ocidental. Não havia modos de destruir o ocidente sem destruí-la. Por isso, o comunismo combatia-a como inimiga privilegiada. Os inimigos que vestiram a persona islâmica no passado passaram a vestir a de comunistas eram o mesmo e atemporal inimigo.

Após essa exortação, a matéria diz que os homens são filhos do pai celestial e criaturas de Deus. Sendo irmãos em Jesus Cristo, todos são chamados para construir uma mesma pátria. A paz duradoura não seria possível se uma parte da população nadasse em dinheiro enquanto outra vivesse na miséria. Pergunta como poderia haver paz quando os pobres e famintos viam que durante o carnaval se gastava inutilmente e por vaidade bilhões de cruzeiros. Censurou o desperdício do muito dinheiro gasto em bailes, cinemas, teatros e viagens de recreios. Reconhecendo que a diversão é necessária, entende que se a sociedade fosse cristã as coisas supérfluas seriam diminuídas para ajudar os que sofrem. Desse modo, negava as questões estruturais da economia e da política propondo que os pecados pessoais eram a causa real dos problemas sociais. Portanto, a solução estaria na conversão pessoal. Toma os países ricos da Europa como referências de onde o Brasil desejava chegar. Neles, os ricos doavam muito mais aos pobres. Numa afirmação entre ingênua e analiticamente pobre afirma que o jejum do rico era o almoço do pobre e que para combater o comunismo seria necessário fundar mais associações beneficentes.

A posição pessoal do arcebispo Dom Geraldo Maria de Moraes Penido sobre o processo do golpe não foi divulgada pelo jornal até a consolidação de sua vitória. Ele manteve-se recuado e não havia publicações de manifestações públicas com a sua presença desde o período do pré-golpe tratado acima. Após entender que a vitória do movimento estava garantida, sua presença pública e asserções sobre o movimento passaram a ser publicadas. Ele veio em socorro da vitória. Apresentava a Igreja como participante do movimento elaborando modos de incluí-la como coorganizadora dos rumos nacionais no novo momento estabelecido.

Seguindo nas manifestações públicas de apoio ao golpe após a vitória ter sido assegurada, o arcebispo participou do programa de Rádio “Tribuna Democrática”. Contraditoriamente ao que o país vivia e ele defendia, pediu que o sentido democrático

se instalasse no povo sem terminar nunca mais. Esse programa foi criado no calor e apoio aos eventos afirmando-se não ter cor partidária ou credo religioso. Entedia-se criado para a participação naquele momento que reputava ser de salvação nacional conforme os anseios do povo. Segue fragmento da fala em tom higienista e antijanguista do bispo no programa, transcrito pelo redator de *O Lampadário* e publicado na edição de 12 de abril de 1963:

A tribuna democrática servirá de esclarecimento e doutrinação, trazendo a palavra de verdadeiros democratas cristãos de como defender a democracia. A tribuna democrática será também preventiva defendendo o organismo social dos vírus, germes e bacilos. Será da fraternidade para o desarmamento dos espíritos e para a punição dos culpados. Em todo código há pena vindicativa e medicinal. A nação reclama contra aqueles que demoliram as suas instituições. Quanta coisa ilegal não se fez no Brasil nestes anos pelo presidente da república! O Brasil entrou na linha da ilegalidade, que queriam nos impingir como legalidade.

Nesta tribuna queremos penas medicinais, pois a maioria dos brasileiros que se enfileiraram eram inocentes. A linha dos que sabem o que querem e constituem a vanguarda não aparecem, os inocentes podem ser recuperados pela democracia. (*O Lampadário*, 12/04/1964).

A ideia de que o organismo social deveria se prevenir de vírus, germes e bacilos revela que as violências de Estado que viriam contra setores da sociedade civil seriam compreendidas como ações da necessária assepsia política e social. Os inocentes úteis seriam objetos de ações medicinais. Os culpados seriam punidos e, nessa lógica, não deveria causar espécie se os remédios os eliminassem definitivamente do mesmo modo que se espera que a medicina faça com vírus e germes. Ao Estado portador de imensos aparelhos policiais e militares cumpriria essa tarefa de assepsia da sociedade. Dom Geraldo Maria de Moraes Penido reivindica a autoridade do episcopado romano para legitimar a ruptura institucional e suas consequências. Ele afirma que é dever do bispo saber definir o que é o bem e o que é o mal e afirmou que foi um bem o movimento de 31 de março de 1964.

Nessa edição em que a afala do arcebispo é publicada, *O Lampadário* noticia a repressão do novo governo entendendo-a como ação necessária em um organismo doente. Informa o acontecimento de diversos atos como invasão da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE); interdição do Instituto Superior Estudos Brasileiros (ISEB) com uso de tropas da Polícia Militar; prisões em massa na Guanabara;

ocupação policial em sindicatos; invasão domiciliar por forças paramilitares; apreensões de tiragens de jornais que eram queimados nas calçadas; prisão de sindicalistas e invasão de agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) armados com fuzis em um hospital e condução de civis para um navio-prisão. Considera-os necessários à saúde da sociedade.

O número de prisões de civis e militares crescia em diferentes Estados. A sede do PTB foi destruída. Mais de 600 pessoas foram presas em Pernambuco. Houve dezenas de asilados políticos. Dezenas de oficiais foram passados para a reserva. Políticos foram cassados. Houve expurgo no funcionalismo público. A Ilha do Viana foi transformada em presídio. Inquéritos Policiais Militares foram instaurados em todo o país. A Marinha expulsou 52 militares. Era o início da assepsia que o prelado de Juiz de Fora defendia para eliminar os *vírus, germes e bacilos*.

Logo abaixo da transcrição da mensagem do arcebispo citada acima, há uma fotografia do general Olympio Mourão Filho com os dizeres: “Homenagem ao Sr. Gen. Mourão Filho. Prestamos às Forças Armadas a nossa homenagem pela manifestação de consciência nacional eficiente contra os inimigos do Brasil” (*O Lampadário*, 12/04/1964). O início da higienização fez o hebdomadário afirmar que se respirava no Brasil, naquele momento, o oxigênio da liberdade democrática. Assegurou que aqueles acontecimentos, processados rápida e democraticamente, foram resultados da coesão irreversível do Exército Brasileiro, que teria sabido, com disciplina e bravura, ensarilhar armas contra a comunização do Brasil.

Informando que aquele momento era de união e vigilância, trouxe Nossa Senhora Aparecida para o campo de batalha: “Na ordem espiritual, a grande ‘arma da revolução’ foi, sem dúvida, o terço de Nossa Senhora” (*O Lampadário*, 12/04/1964). Faz referências ao Terço em Família, as pregações do Pe. Peyton no Brasil e o seu slogan “a família que reza unida, permanece unida”. Transformando a Santa Aparecida em generalíssima, assevera que “mais do que nunca, manifestou-se, de modo inequívoco, a proteção valiosa da Augusta Rainha, d’Aquela que, pela mediação junto a Deus, “esmaga a serpente da cabeça infernal”” (*O Lampadário*, 12/04/1964). Em sendo assim, sem correr os riscos de um movimento incerto, mas se apressando para buscar participação na vitória, o arcebispo, por meio de *O Lampadário*, afirma que ninguém deveria duvidar que a

arma da revolução vitoriosa foi o Terço da Mãe de Deus e dos homens, arma silenciosa e pacífica, que destroça os inimigos da civilização cristã, ainda que o ex-presidente da República tenha dito que o terço rezado pelas mulheres brasileiras não impediria as suas reformas de base (comunistas)! (*O Lampadário*, 12/04/1964)

Nossa Senhora Aparecida foi associada ao processo do golpe de Estado chamado pelos seus promotores de revolução redentora. Os golpistas esperavam envolverem-se nos atributos de pureza dessa devoção mariana aproveitando-se de sua forte presença no imaginário nacional. Sua condição de mãe do redentor do mundo; a negritude; ter sido encontrada por pescadores em um rio; foram condições para que ela pudesse alcançar mais profundamente o imaginário nacional (BEOZZO, 1995). Ela se constituiu, ao lado de Tiradentes e do Cristo Redentor, no primeiro símbolo que permitiu a construção de um imaginário nacional comum após o fracasso de construir a alma republicana nas três primeiras décadas da República (CARVALHO, 1995; BEOZZO, 1995).

Nossa Senhora Aparecida sofreu um sequestro hermenêutico para a legitimação da ruptura institucional associando sua pureza virginal à suposta pureza de intenção dos promotores do golpe de Estado. Notar que mesmo as violências que já haviam sido iniciadas não maculavam seus perpetradores porque eram entendidas como assepsia em um corpo social doente. Por seus atributos de mãe do Redentor do mundo, ela seria a melhor mediadora diante de Deus para as questões brasileiras. Em suas memórias, o general Olympio Mourão também se associa à Virgem Aparecida de modos a dar para seu leitor a ideia de que ela o revelou o nome do general que conduziria o processo que ele iniciara.

Quando eu ainda estava no Comando da 2ª R. M., numa viagem de automóvel de São Paulo para o Rio, passando por Aparecida do Norte, fiz uma prece ardente à padroeira do Brasil, rogando-lhe fervorosamente que me desse forças para conseguir ser ouvido e entendido pelos generais. Eles eram os únicos que poderiam tomar uma atitude decisiva, eu me julgava tão pouco graduado, tão desvalido e sem prestígio no Exército, que me pareciam intransponíveis os obstáculos à execução de tão grandiosa missão.

Que nossa Senhora Aparecida inspirasse um General de Exército, prestigioso, comandante ou não de tropas. Muitas vezes, durante a rápida oração, eu me lembrava do general Arthur da Costa e Silva (MOURÃO, 1978. p.233).

O jornal reputa a rápida e sem derramamento de sangue queda de João Goulart à aquilo que chama de vocação para a paz do Brasil. Compara esse evento com a abolição da escravidão que teria acontecido em paz sob a condução da princesa Isabel que, sob o risco de perder o trono, assinou a Lei Áurea. Em sessão solene, para comemorar a abolição, a princesa foi recebida com uma chuva de rosas. Naquele momento, o embaixador norte-americano pediu licença para ficar com uma das rosas. Ele a enviaria para seu país como testemunho de que o Brasil havia conquistado com rosas o que seus compatriotas fizeram com sangue: “a igualdade de direitos para todos os brasileiros, o respeito à dignidade da pessoa humana!” (*O Lampadário*, 12/04/1964). Nesse caso, “não uma princesa, mas, a Rainha do Brasil, a Virgem Aparecida, vem em socorro do nosso Brasil, da Terra de Santa Cruz” (*O Lampadário*, 12/04/1964).

Assegura que, de modo pacífico, o Brasil iniciara a eliminação da injustiça social consequência funesta do capitalismo sem recorrer ao veneno do comunismo como se fosse remédio. Os agentes de Moscou, aproveitando dos legítimos anseios do povo, decorridos do capitalismo, confundiam a situação e “ameaçavam atrelar o Gigante da América à cauda da composição comunista, transformando-o em colônia soviética” (*O Lampadário*, 12/04/1964). Atesta que as rosas foram substituídas pelo Rosário da Virgem, rezado por todos os brasileiros, servindo de testemunho dessa nova libertação do país. “Levanta-se o braço o glorioso Exército Brasileiro. Marcha para seus irmãos equivocados, resolvido a convencê-los da armadilha que se deixaram envolver, do logro em que estão caindo...” (*O Lampadário*, 12/04/1964). Segundo o jornal, o rosário foi o responsável pelo arriscado movimento iniciado pelo general Mourão ter-se completado em apenas 48 horas sem luta fratricida. Por meio dele, a Virgem Aparecida livrou pacificamente o Brasil dos riscos da escravidão comunista.

Após ter sido assegurada, o governo da arquidiocese associou a vitória aos serviços prestados pelo sagrado, mediado pela Igreja Católica, produtora da nação e de sua identidade. Sua vocação para a conciliação devia-se ao cruzeiro do sul, a cruz dada por Deus ao Brasil garantia-lhe a paz e a fraternidade universal. Contudo, atesta que devia-se atentar para o momento delicado que exigia a união necessária para consolidar a libertação. A partir de então as verdadeiras reformas que o Brasil necessitava poderiam ser realizadas.

Após o dia 31 de março, por meio do jornal, o governo arquidiocesano avaliou que um novo surto de vida democrática emergia no panorama brasileiro. A convicção pela democracia estava se afirmando solenemente e aumentava a vigília por Deus e pela Pátria na medida em que a nação tomava conhecimento das maquinações inimigas. Assegura que a constatação dos fatos não permitia mais acreditar ingenuamente que não seria possível a comunização do Brasil. Assegurou que ao vasculharem os centros da conjuração extremista, durante a ação higienista dos militares, não era mais possível admitir boa intenção naqueles que, assegura, enganaram o povo em sua boa vontade, traindo o mandato governamental, no caso de João Goulart, servindo às potências totalitárias à quais entregariam a nação.

Em sua estratégia do medo, busca fazer compreender que o perigo era de tal monta a não permitir que nenhum brasileiro cruzasse os braços porque aquele era o momento de reeducação política da nação. Seguindo na utilização da metáfora da saúde, afirma que deveria-se alimentar as convicções sadias do corpo nacional. Dessa forma, o país poderia ser reeducado e ser capaz de produzir as saudáveis mudanças estruturais para efetivar sua paz e civilização. Dentre as comemorações daqueles primeiros dias, aconteceu a chamada Passeata da fraternidade na tarde do domingo, dia 05 de abril. Ela contou com diversos oradores, dentre os quais encontrava-se o arcebispo de Juiz de Fora, Dom Geraldo Maria de Moraes Penido, o deputado Olavo Costa e a poetisa Geralda Armond. Após os discursos o evento encerrou-se com o hino nacional.

O posicionamento do arcebispo também pode ser observado na matéria: “Arcebispo de Juiz de Fora pede aos fiéis uma cruzada de orações nesta hora grave da vida política nacional” (*O Lampadário*, 12/04/1964). Assegura que o momento era de vibração cívica, de despertar da consciência dos bons brasileiros numa “legítima eclosão dos sentimentos mais sagrados. É a defesa da pátria, da liberdade, da família, da ordem, da tranquilidade e do trabalho que incita os brasileiros a esta legítima defesa” (*O Lampadário*, 12/04/1964). Pede que todos confiassem nas autoridades naquela arremetida de fé contra o comunismo. Elogia o governador Magalhães Pinto, o general Olímpio Mourão Filho e a tropa disciplinada por terem, afirma, conduzido a cruzada para a salvação do Brasil. O texto relata que o arcebispo fez uma visita ao general Mourão como ato de solidariedade e conclama os arquidiocesanos para a

tomada de consciência da importância da cruzada empreendida. Exorta que permaneçam “fiéis na confiança em Deus, na proteção de Nossa Senhora Aparecida, no amor da pátria e na defesa das instituições” (*O Lampadário*, 12/04/1964). Convoca os arquidiocesanos a uma cruzada de orações para ajudar os irmãos militares e todos quantos se empenhavam “nesta gloriosa luta”. Pede que todos confiassem e rezassem ajoelhados aos pés da Padroeira do Brasil para que dela fosse alcançada a salvação da pátria.

Para a ajuda espiritual, ele faz algumas determinações. Notar, na primeira, a oposição ao presidente João Goulart que fez referência ao rosário no comício realizado no dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil. O rosário foi objeto de disputa política.

1 Em todas as igrejas e capelas, promova-se o Rosário Vivo de Nossa Senhora. Este bendito Rosário, que foi vilipendiado em praça pública, salvará o Brasil

2 Em todas as Missas das 2^{as}. 4^{as} e 6^{as} feiras seja dada a *imperata* “contra persecutores et males agentes” que entre as orações diversas do Missal se encontra sob o n. 11;

3 Façam-se com as crianças, doentes e asilados movimentos de orações para que, nesta hora decisiva, se consiga reconduzir o Brasil à tranquilidade sem derramamento de sangue (*O Lampadário*, 12/04/1964).

Logo abaixo dessa matéria foi publicada uma foto de uma imagem de Nossa Senhora aparecida levada para o Rio de Janeiro com as tropas do General Mourão. Ela estava sendo carregada pela multidão. No primeiro plano há um pai com uma criança no colo. A criança está tocando a imagem. No pé da fotografia está escrito: “A generalíssima do Exército Brasileiro, Nossa Senhora Aparecida voltou comandando a vitória. Voltou com as tropas do Exército Brasileiro. Nossa Senhora Aparecida voltou comandando a Vitória” (*O Lampadário*, 12/04/1964).

Nesse momento, o cristianismo, o rosário e os ensinamentos dos papas eram importantes elementos de legitimação política e disputados pelos campos em conflito. Jango tratou desses temas, como observamos abaixo, nesse fragmento de seu discurso realizado na Central do Brasil no dia 13 de março de 1964.

Ameaça à democracia não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo explorando seus sentimentos cristãos, mistificação de uma indústria do anticomunismo, pois tentar levar o povo a se insurgir contra os grandes e luminosos

ensinamentos dos últimos Papas que informam notáveis pronunciamentos das mais expressivas figuras do episcopado brasileiro.

O inolvidável Papa João XXIII é quem nos ensina que a dignidade da pessoa humana exige normalmente como fundamento natural para a vida, o direito ao uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade privada a todos.

É dentro desta autêntica doutrina cristã que o governo brasileiro vem procurando situar a sua política social, particularmente a que diz respeito à nossa realidade agrária.

O cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios condenados pelos Santos Padres. Nem os rosários podem ser erguidos como armas contra os que reclamam a disseminação da propriedade privada da terra, ainda em mãos de uns poucos afortunados. (Sic). (GOULART, 1964).

O apoio da arquidiocese ao golpe segue por meio de edições posteriores de seu jornal que publica outra significativa fotografia em apoio a esse evento na edição de 19 de abril de 1964. Nela aparecem o general Mourão e o governador Magalhães Pinto com a descrição: “Encontro de heróis”. A matéria dessa página trata das responsabilidades do católico após o evento; sob o título: “Agora a nossa parte”, utiliza o relato bíblico do povo escravizado no Egito como referência para aquele momento do golpe em que o comunista seria o novo escravizador. Afirma que nos tempos idos o anjo passou no Egito libertando o povo e novamente passou no Brasil evitando a luta fratricida; toda a família brasileira rezou; muitos fizeram penitência. Entende que os militares foram instrumentos dos anjos e que, por isso, Deus perdoou o Brasil ameaçado de destruição. Desse modo, estabelece uma tríade que entendia estruturar aquele processo composta pelos militares responsáveis pelo campo de batalha, os políticos que organizariam as instituições e os fiéis que rezariam.

No empenho da arquidiocese de tomar parte na vitória e obter seu quinhão, O *Lampadário* afirma que as orações e penitências religiosas fizeram Deus ter misericórdia pelo Brasil que era Sua Terra de Santa Cruz. Ele suspendeu o castigo que recairia sobre a nação dando-lhe a sua paz. Assegura que a “infinita misericórdia de Deus” realizada por meio do “glorioso Exército” impunha responsabilidades que ele divide em três tarefas. A primeira consistia em esvaziar o país de toda a desonestidade nos negócios públicos e privados. Como soe acontecer na mentalidade reacionária e sua idealização do passado, defendeu a volta do tempo em que havia confiança mútua, porque havia seriedade nas palavras segundo a vontade de Cristo: “que o teu

sim seja sim e o teu não seja não”. A seguir, propõe que fosse varrida a imoralidade na imprensa, rádio, televisão, cinema, teatro, praias e lugares de diversão. Entendia que os pecados públicos atraíam castigos coletivos, tais como: guerra, fome, miséria, inundações, terremotos e as secas. O Brasil já estava experimentando alguns flagelos e isso seria, assegura, a misericórdia de Deus alertando a nação. Por fim, propõe que naquele momento deveria acontecer as reformas necessárias por não existir o risco de os comunistas aproveitarem-nas para instalar o totalitarismo.

Na edição do dia 26 de abril de 1964 o comunismo volta a ser tratado por meio de metáforas do campo da medicina; trata-o como doença social do século XX. Considerando que a assepsia estava em curso, declara que nunca mais deveria ser ouvido no Brasil que havia católicos de esquerda, católico socialista ou católico marxista porque essas adjetivações resultavam de ignorância crassa. De nenhum modo um cristão convicto aceitaria ser compreendido como partidário de ideias comunistas. Assegura que a tática comunista consistia em criar para depois fomentar a luta de classes. Também publica foto do general Castelo Branco com a faixa presidencial recebendo cumprimentos junto de seu vice-presidente assegurando que as nações que não se prevenirem contra a traição e não a castigarem fomentarão a própria dissolução.

Na toada de associar a vitória do golpe à vontade de Deus, a edição do dia 26 de abril de 1964 também publicou entrevista com Carlos Lacerda que disse que o Brasil era um exemplo para o mundo. Era o único país que, enfrentando a Rússia, sempre vencedora de guerras, derrotou-a sem guerra. E acrescentou comovido: “Deus não perdeu a sua carteira de cidadania brasileira” (*O Lampadário*, 26/04/1964). De seu lado, o governador de São Paulo Adhemar de Barros disse: “Fomos apenas um instrumento da providência divina. A vitória foi de Deus”. (*O Lampadário*, 26/04/1964). O jornal considera que a posição chave que a nação ocupava no mundo cristão fez a vitória sobre o comunismo ser de Deus, da Igreja, do país, do continente americano e do mundo cristão. A favor dessa tese, a matéria cita os prelados: Dom Jaime Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro; Dom Augusto, arcebispo da Bahia e primaz do Brasil; Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre e dom Oscar de Oliveira, prelado de Mariana. Entre os civis, Carlos Lacerda e a mulher brasileira foram elogiados. Citou a Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE – da Guanabara

“que armou com a espada do espírito a resistência através de reuniões de esclarecimento providencialmente à sombra de Nossa Senhora da Paz”. (*O Lampadário*, 26/04/1964).

Ainda nessa edição, tratando dos chamados católicos de esquerda, publica a matéria “Querem reformar até Deus” onde afirma que os reformadores católicos anteriores ao golpe pretendiam reformar até as sagradas escrituras, o ensino dos papas e a doutrina social da Igreja, “de dois mil anos”, sobre a caridade. Segundo eles, a caridade não seria mais a maior de todas as virtudes, “como afirma S. Paulo: ‘a maior, porém, é a caridade’”. (*O Lampadário*, 26/04/1964). Chamou-os de “cristãos novos” que teriam reformado essa assertiva apostólica “e sem licença de ninguém, nem de Deus” (*O Lampadário*, 26/04/1964) passaram a proclamar que a maior de todas as virtudes era a justiça. E segue com ironia: “E os coitadinhos são tão inconsequentes que exploram ao máximo justamente um texto da encíclica que dizem superada, a *Divini Redemptoris*, de Pio XI, contra o comunismo”. (*O Lampadário*, 26/04/1964).

A edição de 03 de maio de 1964, traz o texto “Entre dois marcos – subiu aos céus... de onde há de vir a julgar os vivos e os mortos” que se ocupa de combater os setores do catolicismo que não se alinham ao anticomunismo e reacionarismo. Critica os setores do catolicismo chamado de social ou de esquerda. Acusavam-nos de propor uma redenção e um paraíso anêmico por sobrevalorizarem a imanência da história. Isso os colocaria mais ao lado do comunismo e menos do cristianismo. Entende que quando a Igreja se preocupa em extinguir a miséria, diminuir o sofrimento das classes pobres e ajudar os cristãos a se realizarem, ela não o faz “visando a dar-lhes o Paraíso na Terra. Não!” (*O Lampadário*, 03/05/1964). Isso seria trair a sua missão que é evangelizar, que ele compreendia como colaboração para a regeneração da humanidade na plenitude do bem. Afinal, Cristo veio para evangelizar os pobres. Se ele “minorou sofrimentos, milagrosamente, multiplicou o pão para os famintos, fê-lo em vista da ‘Evangelização’”. (*O Lampadário*, 26/04/1964). Quando ele foi procurado com vistas ao pão terrestre, “decepcionou os que O buscava, falando-lhes do pão espiritual – a Eucaristia – exigindo deles a Fé no Enviado do Pai”. (*O Lampadário*, 26/04/1964). O empenho dos católicos em implantar a justiça social deveria ser feito com vistas a criar o clima propício para a evangelização. “Cristo deu pão à multidão,

mas antes lhe dera o Evangelho. Hoje, faz-se o contrário, quando não se omite, por completo a Evangelização”. (*O Lampadário*, 26/04/1964).

Por fim, defende o Ato Institucional Número 1 por meio da matéria publicada com o título: “O ato institucional da Revolução Brasileira”. Espera legitimar a ruptura política realizada contrariamente às previsões constitucionais. Empenha-se, como fez esse Ato do governo golpista, em construir uma narrativa que o justificasse retirando-lhe a condição de golpe. Inicia informando que ainda existia muitas pessoas que às vezes movidas por boa-fé simpatizavam com o regime totalitário derrotado no Brasil. Essas, definitivamente, opunham-se aos eventos em tela. Também trata das pessoas que não eram simpatizantes do comunismo, eram “democratas autênticos”, mas que recusavam a condição democrática do Ato Institucional baixado pelo novo governo. A matéria empenha-se em defender a condição democrática da deposição do presidente e do Ato.

Entende que a quebra na continuidade jurídico-constitucional de um país é o que configura um evento como antidemocrático. Num sofisma confuso, prossegue asseverando que diante de “uma sã filosofia moral essa opinião só será defensável se a lei positiva constituísse a regra suprema de uma filosofia política” e, no entanto, “acima da lei positiva existe uma lei natural, inscrita por Deus na consciência humana”. (*O Lampadário*, 26/04/1964). A seguir, engendra uma burla para convencer que aquela ruptura constitucional foi lícita e não implicava em um evento de natureza golpista, porque, em sua chicana, alega que a “perfeita liceidade de uma modificação da norma constitucional de um país, desde que tal modificação não conduza ao totalitarismo, ou seja, exigida por situações excepcionais”. (*O Lampadário*, 26/04/1964).

A seguir, numa constrangedora falácia, trata o Ato baixado pelo governo como um documento que não deveria ser julgado pelas circunstâncias objetivas. Espera que seu leitor esqueça que a constituição é o documento maior da condição democrática de uma nação e um ou outro grupo ou setor não pode arrogar princípios distantes das condições objetivas da nação para recusá-la impondo uma outra ordem política.

O Ato Institucional é assim gesto de legítima defesa de um povo traído e espoliado por agentes a soldo de outros países e se constitui uma descontinuidade no plano da lei positiva, tem por fundamento a própria

lei natural e as regras autênticas da moral política. (*O Lampadário*, 26/04/1964).

Faz uma torcedura de ideias esperando convencer que a nação passava por tais circunstâncias naqueles “anos de desgoverno que obrigaram os dirigentes da revolução a baixarem o Ato Institucional que a opinião pública e o Congresso sabiamente retificaram”. (*O Lampadário*, 26/04/1964). Usa a palavra revolução seguindo o sequestro hermenêutico que Francisco Campos fez ao redigir o famigerado Ato Institucional número 1. Ele buscou retirar a condição de golpe de Estado reputando-o como revolução: “O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução”. (Presidência da República, 09/04/1964). Entende que, por sua natureza, a revolução expressa a vontade nacional de modo superlativo, maior que qualquer outra realidade política e jurídica, incluindo a constituição: “A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação”. (Presidência da República, 09/04/1964). Argumenta que o poder constituinte se manifesta pela eleição popular e pela revolução. Por sua vez, o poder revestido pela revolução é maior por representar de modo direto, sem mediações, a vontade nacional. O que torna esse argumento um logro é o dado simples de que a ruptura constitucional possui todas as características que a faz se acomodar melhor no conceito de golpe de Estado. Ainda que o conceito revolução não seja único e até objeto de disputas, as polissemias na história desse conceito (KOSELLECK, 2006) não tocam o evento que derrubou o mandato constitucional do presidente João Goulart. Ele se constituiu em um ato político e de classe conduzido por frações da sociedade que não representam nenhuma universalidade nacional que lhes permita arrogarem-se a condição revolucionária.

O Lampadário defende o Ato Institucional número 1, mas não usa a revolução em sua narrativa legitimadora. É possível que a mentalidade reacionária de seu catolicismo antimoderno, opositor de tudo que fosse expressão da modernidade, faça-o legitimar a ruptura com a lei natural inscrita por Deus. Além disso, como já visto, elabora uma farta trama que afirma a necessidade da ação dos “dispositivos de defesa e segurança” como meios sem os quais o povo brasileiro dificilmente se livraria do “montão de resíduos totalitários deixados por toda a parte”. (*O Lampadário*,

26/04/1964). Além da metáfora médica da assepsia acrescenta a da faxina como meio de justificar a ação violenta do Estado contra seus próprios cidadãos que já eram compreendidos como inimigos internos pelo anticomunismo católico antes do golpe acontecer. Efetivamente, o governo arquidiocesano esperava oferecer condições morais “para punir os responsáveis pela espantosa onda de imoralidade e corrupção que pouco a pouco vai sendo revelada nas sindicâncias em realização em todos os setores da administração do país.” (*O Lampadário*, 26/04/1964). Buscando justificar suas asserções, o texto afirma que possivelmente em nenhuma outra nação havia aliança tão estreita entre “comunismo, negociismo e imoralidade, inclusive as mais tristes perversões”. Sem provar, noticia que a polícia estaria descobrindo documentos que demonstravam que “o país estava nas mãos de traidores comprados com dinheiro russo, cubano e chinês”. (*O Lampadário*, 26/04/1964).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo arquidiocesano de Juiz de Fora compunha os setores reacionários do catolicismo brasileiro visceralmente marcados pelo anticomunismo. Entendia que os movimentos próprios da democracia e modernização da economia eram movimentos do comunismo internacional dentro do país. Ele acreditava num fantasma que assombrava todos os movimentos da política, economia e sociedade que não operassem dentro da rígida hierarquia e manutenção das estruturas. O único movimento possível seria o da conversão individual que seria o modo por meio do qual os diversos problemas sociais se resolveriam.

Embora apoiasse o golpe, não teve a disposição, talvez, coragem, de assumir sua posição antes que ele acontecesse como foi feito por outros membros da hierarquia, clero e laicato. Após a vitória do movimento iniciado pelo general Olímpio Mourão Filho estar assegurada seu apoio foi total. Como dissemos acima, o arcebispo veio em socorro da vitória. Disputou os quinhões do triunfo argumentando que a ele aconteceu, sobre todos os demais motivos, à vontade Deus por meio da mediação de Nossa Senhora Aparecida, do rosário e da ação dos católicos. Trouxe para o ambiente de sentido e significado religioso o processo político.

Essa posição está fundada num pensamento antimoderno. Embora o capitalismo seja uma expressão da modernidade, ele é apreendido como domesticável pela conversão pessoal que estaria sob a orientação da Igreja. Portanto, esperava-se que o país pudesse ter uma estrutura econômica moderna, estruturada pelos movimentos do capital e da mercadoria no mercado num ambiente pré-moderno onde o catolicismo seguiria organizando as mentalidades e, por meio delas, organizando e disciplinando a sociedade. Isso pôde ser verificado com os argumentos de que a ruptura institucional aconteceu como um evento eminentemente religioso. Os militares chegaram a ser retirados do protagonismo ao serem reduzidos a instrumento dos anjos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Riolando. O início da restauração católica em Minas Gerais: 1920 – 1930. **Revista Síntese** 14. Volume V. setembro/dezembro 1978.

BARROS, J. D. Escala : um conceito primordial para a geografia, história e demais ciências humanas. **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 93–115, 2020. DOI: 10.5216/hr.v25i1.62635. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/62635>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização**. In Holanda, Sérgio Buarque de (org.) *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. 2023. “Juiz De Fora E O Golpe Civil-Militar De 1964”. *Locus: Revista De História* 29 (1):126-51. <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2023.v29.38593>. Acesso em: 04/07/2024.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In. REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart** – As lutas sociais no Brasil – 1961 – 1964. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CARDONNEL, Frei Thomas; VAZ, Henrique e SOUZA, Herbet José. **Cristianismo hoje**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962.

CRVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Cia das Letras. 1995.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964. **O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FILHO, Olympio Mourão. **Memórias: a verdade de um revolucionário**. Porto Alegre: L&PM, 1978.

GUEDES, Carlos Luís. **Tinha que ser Minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

GOULART, João. **Discurso no comício na Central do Brasil**. Rio de Janeiro, 13/03/1964.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta encíclica *Pacem in Terris***. Roma: 11/04/1963. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acesso em: 12/07/2024.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: ContraPonto / Editora PUC Rio, 2006.

MATURAMA, Humberto. **Ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho – O anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ato Institucional No 1. 09 de abril de 1964**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acessado em: 21/07/2024.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In. REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SILVA, Wellington Teodoro. **Revolução, tradição e religião: o catolicismo nas veredas da política – o jornal Brasil, Urgente – 1963/ 1964**. Curitiba: CRV, 2011.

SILVA, Wellington Teodoro da Silva. **Catolicismo e Golpe de 1964**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

SCHMITT, Carl. **Catolicismo romano e forma política**. Lisboa: Hugin, 1998.

SOUZA, Luiz Alberto Gomez de Souza. **A JUC: os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica *Divinis Redemptores***. Roma, 19 de março de 1937. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html

TARSO, Paulo de. *Os cristãos e a revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A Igreja de Deus em Belo Horizonte**. Belo Horizonte. 1972.